PAULO MOTA PINTO

DIREITOS DE PERSONALIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS

ESTUDOS

GESTLEGAL

ÍNDICE

Nota prévia 5

1. O DIREITO AO LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE 7

I. Antecedentes e consagração do "direito ao desenvolvimento da personalidade" 9
II. Dimensões do direito ao livre desenvolvimento da personalidade 16

1) Proteção da personalidade 25
2) Liberdade geral de ação..... 65

III. Titularidade e limites do direito ao desenvolvimento da personalidade..... 90
IV. Direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade e direitos de personalidade 96
V. Referência conclusiva 120

2. AUTONOMIA PRIVADA E DISCRIMINAÇÃO — ALGUMAS NOTAS..... 123

I. Introdução..... 123
II. Discriminação, "eficácia externa" e direito privado..... 127
III. Proteção do indivíduo, do grupo e da sociedade em geral 138
IV. Discriminação enquanto ofensa a um "interesse na integridade" . 141
V. Discriminação como lesão de um "interesse na prestação" 145
VI. Autonomia privada, livre-arbítrio e igualdade..... 147
VII. Imperativo de "neutralidade ética do estado" e livre competição de convicções, mundividências e formas de vida 158
VIII. Critérios para apreciação: distinção entre elementos modificáveis e elementos não modificáveis e sua relevância..... 165

•

GESTLEGAL

•

IX. Critérios para apreciação (cont.): efeitos da diferenciação 170
X. Critérios para apreciação (cont.): justificação da diferenciação..... 174
XI. Consequências jurídicas 178

3. NOTA SOBRE O "IMPERATIVO DE TOLERÂNCIA" E SEUS LIMITES 185

I. Sobre a noção de tolerância 186
II. Um imperativo constitucional de tolerância 188
III. Os destinatários do imperativo de tolerância ("estado de tolerância" ou "neutralidade ética do estado", tolerância cívica) 197
IV. O conteúdo, a determinação normativa e a concepção de tolerância 206
V. Os "limites da tolerância" 212

4. A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA NA "JURISPRUDÊNCIA DA CRISE" 223

I. Introdução 223
II. Confiança no Direito e proteção jurídica da confiança..... 224
III. Antecedentes..... 226
IV. Os "acórdãos da crise" 231
V. Fundamento constitucional e alcance do princípio da proteção da confiança 256
VI. A insegurança na determinação da "situação de confiança" e do "investimento na confiança"..... 262
VII. O progressivo estreitamento do parâmetro, num crescente "dirigismo" constitucional..... 267

5. REFLEXÕES SOBRE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA 279

6. A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOBRE O DIREITO PRIVADO PORTUGUÊS..... 299

I. Direitos fundamentais na Constituição da República Portuguesa. 299
II. "Direitos, liberdades e garantias" e direitos económicos, sociais e culturais 301
III. O chamado "efeito horizontal" dos direitos fundamentais na literatura jurídica portuguesa 302
IV. Direitos Fundamentais e direito privado perante o Tribunal Constitucional Português 313

7. DIREITOS DE PERSONALIDADE NO CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS E NO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO 321

I. Aspectos gerais. Direitos fundamentais e direitos de personalidade 323

•

II. A proteção geral da personalidade 332
III. Os direitos de personalidade especialmente regulados 341
IV. Regime geral dos direitos de personalidade 352
V. Conclusão 367

8. ANTEPROJETO PARA A LOCALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL EM MACAU NA PARTE RELATIVA AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE 369

9. OS DIREITOS DE PERSONALIDADE NO CÓDIGO CIVIL DE MACAU 409

I. Introdução 409
II. Orientação geral do regime dos direitos de personalidade no Código Civil de Macau 419
III. Os artigos 67.º a 82.º do Código Civil de Macau 421

1. Artigo 67.º (Tutela geral da personalidade) 421
2. Artigo 68.º (Ofensa a pessoas já falecidas) 430
3. Artigo 69.º (Limitação voluntária dos direitos de personalidade) 431
4. Artigo 70.º (Direito à vida) 434
5. Artigo 71.º (Direito à integridade física e psíquica) 435
6. Artigo 72.º (Direito à liberdade) 437
7. Artigo 73.º (Direito à honra) 442
8. Artigo 74.º (Direito à reserva sobre a intimidade da vida privada) 446
9. Artigo 75.º (Cartas-missivas confidenciais) 447
10. Artigo. 76.º (Memórias familiares e outros escritos confidenciais) 448
11. Artigo 77.º (Cartas-missivas não confidenciais) 448
12. Artigo 78.º (Direito à história pessoal) 448
13. Artigo 79.º (Proteção de dados pessoais) 450
14. Artigo 80.º (Direito à imagem e à palavra) 454
15. Artigo 81.º (Direito à verdade pessoal) 456
16. Artigo 82.º (Direito ao nome e a outros meios de identificação pessoal) 457

IV. Conclusão 458

10. OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO CIVIL DA HONRA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL 461

I. Os direitos de personalidade no Código Civil de Macau 461
II. O problema da proteção do direito à honra perante a comunicação social 464

GESTLEGAL

•

III. As consequências jurídicas da violação de direitos de personalidade 468
IV. O problema da "remoção dos lucros" com a violação de direitos de personalidade: "responsabilidade pelos ganhos", enriquecimento sem causa ou consagração de um novo mecanismo para "remoção dos lucros"? 470

11. O DIREITO À RESERVA SOBRE A INTIMIDADE DA VIDA PRIVADA 475

I. Referência introdutória aos direitos de personalidade em geral 478

1. Conceito e caracterização 478
2. O direito geral de personalidade e os singulares direitos de personalidade 487
3. A disciplina geral dos direitos de personalidade 498

II. A proteção da privacidade e o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada 503

1. O interesse na privacidade e a necessidade da sua tutela 503
2. A proteção jurídica da privacidade em geral 511
3. O conteúdo do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada 524
4. O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada e figuras afins 540
5. Titularidade, exercício e limitação voluntária do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada 555
6. Alguns limites do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada 568
7. As consequências jurídicas da violação do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada 585

12. A PROTEÇÃO DA VIDA PRIVADA E A CONSTITUIÇÃO 593

I. A consagração normativa do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada 593
II. O conteúdo do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada 597
III. Titularidade do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada 623
IV. Regime da proteção da intimidade da vida privada 628
V. Reserva sobre a intimidade da vida privada, constituição e novas tecnologias — algumas considerações 642

•

13. A PROTEÇÃO DA VIDA PRIVADA NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL 649

I. Introdução 649
II. O conteúdo do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada 651
III. Titularidade do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada ... 670
IV. Proteção do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada 672

14. A LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA DO DIREITO À RESERVA SOBRE A INTIMIDADE DA VIDA PRIVADA 679

I. "Autodeterminação informativa" sobre a vida privada 680
II. Conformação do objeto do direito pelo seu titular 684
III. Limitação do direito pelo acordo do titular 687
IV. A declaração de limitação voluntária 693
V. Capacidade para a limitação voluntária 696
VI. Limites materiais da limitação voluntária 701
VII. Efeitos da limitação voluntária 706
VIII. Revogabilidade da limitação voluntária 713

15. A EXPOSIÇÃO DA OBRA DE ARTE E OS DIREITOS DE PERSONALIDADE DO AUTOR 717

I. Introdução 717
II. Arte e personalidade 718
III. Delimitação e casos 719
IV. Interesses e posições em presença 721
V. Faculdades jurídicas do artista — direito de exposição 725
VI. Direito de retirada 727
VII. Direito à integridade e à dignidade da obra 728
VIII. Ponderação de interesses— fatores a considerar e conclusão 732

16. INDEMNIZAÇÃO EM CASO DE "NASCIMENTO INDEVIDO" E DE "VIDA INDEVIDA" ("*WRONGFUL BIRTH*" E "*WRONGFUL LIFE*") 735

I. Grupos de casos e terminologia 735
Ii. Referência ao problema noutras ordens jurídicas 739
Iii. O problema em portugal 748
Iv. Posição defendida 750
V. Apreciação conclusiva 769

GESTLEGAL

GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt